

# PROGRAMA MULHERES MIL E O PAPEL SOCIAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

## PROGRAMA MULHERES MIL AND THE SOCIAL ROLE OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO SUL

Submissão:  
14/04/2024  
Aceite:  
02/10/2024

Giselle Schweickardt <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0009-0006-5652-8375>  
Maria Raquel Caetano <sup>2</sup>  <https://orcid.org/0000-0001-6973-908X>

### Resumo

O artigo resulta de uma pesquisa de Mestrado intitulada “Programa Mulheres Mil” no câmpus Venâncio Aires do IFSul: histórias de inclusão e emancipação de mulheres”. O programa se caracteriza como extensão e a pesquisa teve o objetivo de investigar as repercussões do programa, enquanto política pública de inclusão e emancipação social, na vida das egressas dos anos de 2014 a 2022, no câmpus Venâncio Aires do IFSul. O Programa Mulheres Mil é uma política pública de gênero que tem o objetivo de proporcionar inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Ele representa um importante movimento para a cultura de inclusão e democratização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Dessa forma, o objetivo foi apresentar parte dos resultados da pesquisa, a fim de demonstrar a relevância do programa, caracterizado como extensão, para que os Institutos Federais cumpram seu papel social e assumam o compromisso de contribuir para o enfrentamento das desigualdades.

**Palavras-chave:** Programa Mulheres Mil; Inclusão; Emancipação; Democratização; Instituto Federal.

<sup>1</sup> Bacharel em Direito. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFSUL(ProfEPT). Servidora do IFSul-câmpus Venâncio Aires. Integra o GEPEPT do CNPQ/IFSul [gisellesadvocacia@gmail.com](mailto:gisellesadvocacia@gmail.com)

<sup>2</sup> Pedagoga. Doutora em Educação. Docente no IFSul-câmpus Sapucaia do Sul e no Mestrado ProfEPT. Coordena o GEPEPT/CNPQ/IFSul [caetanoraquel2013@gmail.com](mailto:caetanoraquel2013@gmail.com)

## Abstract

This study is a result of a Master's degree research entitled “*Programa Mulheres Mil*” in the IFSul campus Venâncio Aires: inclusion stories and women emancipation” which is an extension program along the IFSul campus Venâncio Aires. Further, the research aimed to investigate the repercussions of the program in the life of former students from 2014 to 2022, considering it as an inclusion and emancipation public policy in the educational institution mentioned above. The “*Programa Mulheres Mil*” is a gender policy that aims to provide educational, social and productive inclusion of woman in social vulnerability condition. It represents an important movement for the inclusion culture and democratization of the professional and technological education in Brazil. Therefore, this study aims to present part of the results from this research, in order to demonstrate the relevance of the program for Federal Institutes of Education to fulfill their social role and assume the commitment to contribute to fighting inequalities.

**Keywords:** *Programa Mulheres Mil*; Inclusion; Emancipation; Democratization; Federal Institute.

## Introdução

Mesmo com os significativos avanços e mudanças, principalmente em termos legais, a desigualdade e a opressão feminina permanecem enraizadas de várias formas na humanidade. A violência, o preconceito, a alienação, o sexismo e a desvalorização da mulher — entre outras formas de exclusão — ainda fazem parte do cotidiano e nos provocam a olhar seriamente para as questões de gênero que permeiam as relações humanas e que são refletidas nos âmbitos social, econômico, profissional, educacional, cultural e também nas mais diversas situações de violência. Dessa forma, reafirma-se a ideia de que ações governamentais em prol das mulheres são fundamentais para se fazer justiça social. No Brasil, há a necessidade de promover políticas públicas de gênero, a fim de criar as articulações necessárias para populações historicamente desfavorecidas, principalmente para as mulheres na área da educação.

O Programa Mulheres Mil, instituído em 2011, pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho, e relançado por meio da Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023, é uma política pública educacional que tem o objetivo de contribuir para a promoção da igualdade de gênero em todas as esferas da vida: educação, trabalho, saúde, cultura, participação política e tomada de decisões (Cabral, 2024).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), comprometidos com a democratização e inclusão educacional, foram as instituições implementadoras do programa extensionista no Brasil (Brasil, 2011). O programa foi fruto de um longo processo de cooperação e de diálogo entre as instituições canadenses e brasileiras, que iniciou em 2001, com o projeto Escola Conectando Escola. Os projetos-pilotos se caracterizaram como projetos de extensão e foram iniciados por volta de 2005, no Rio Grande do Norte, bem como, um pouco mais tarde, em 2007, em treze estados das regiões Norte e Nordeste.

Isto posto, o presente artigo tem como propósito central compreender as repercussões do Programa Mulheres Mil enquanto política pública de inclusão e emancipação social, na vida das egressas

das turmas dos anos de 2014 a 2022, realizadas no *câmpus* Venâncio Aires do IFSul-RS, a fim de demonstrar como o programa funciona, enquanto uma importante iniciativa de extensão para a cultura de inclusão e democratização dos Institutos Federais, assim como ele potencializa o compromisso da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de contribuir para o enfrentamento das desigualdade, especialmente no que diz respeito às questões de gênero.

Nos procedimentos metodológicos, com a perspectiva de fornecer um aporte inicial para a realização do estudo, foi realizado um levantamento de legislações, regulamentos, pareceres, portarias, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, guia metodológico e cartilha do Programa Mulheres Mil, bem como arquivos e dados do programa referentes às edições realizadas no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia sul-rio-grandense, com foco especial no *câmpus* Venâncio Aires-RS.

Para a coleta de dados, além dos documentos, foi aplicado um questionário e realizada entrevista semiestruturada. O público da pesquisa foi composto pelas egressas das turmas do PMM do campus Venâncio Aires do IFSul, dos anos 2014, 2015, 2018 e 2022. Ao todo, trinta e três egressas responderam ao questionário e seis participaram da etapa das entrevistas. Foram observados todos os princípios éticos para a realização da pesquisa, cujo projeto foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa sob nº CAAE: 74284323.0.0000.8135 em 21 de novembro de 2023.

O artigo está dividido, além desta introdução, em quatro seções. A primeira aborda o panorama da desigualdade de gênero, que reafirma a necessidade de implementação de políticas públicas para as mulheres. A segunda trata da política pública do Programa Mulheres Mil. A terceira versa sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Por fim, a quarta se refere aos resultados da pesquisa, que demonstram as repercussões na vida das egressas em termos de trabalho e educação.

### **A desigualdade de Gênero ea necessidade de políticas públicas**

Historicamente, a sociedade brasileira é marcada pela desigualdade e dominação entre os gêneros, de maneira que essa dinâmica acarretou diversos efeitos e consequências em todas as áreas da vida humana. Os homens ocuparam, de forma dominante, os espaços de trabalho, educação, política, economia, posições sociais e poder na família, enquanto a mulher sofreu com a opressão e a inferioridade. Essa é uma cultura patriarcal e sexista que, além de fomentar a discriminação, desencadeia diversos tipos de violência contra as mulheres (Scott, 1995). Atualmente, mesmo depois de muitos avanços, é preciso consentir que, como sociedade, ainda há muito caminho a percorrer, a fim de suprir as lacunas deixadas por tantos anos de desigualdade, pois os dados mundiais e nacionais mostram as sequelas que a opressão deixou às mulheres, mesmo depois de muitos avanços.

O relatório *The Paths to Equal* (Os Caminhos para Igualdade), lançado em 2023 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>1</sup>, dedicado a mapear de maneira abrangente o avanço da situação das mulheres no mundo,

---

<sup>1</sup> O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento executa diversos projetos em diferentes áreas. Neles, são oferecidos, aos parceiros, apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o PNUD Brasil tem a constante missão de buscar alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado. A visão que orienta a atuação do PNUD em todo o mundo é a de apoiar os países a erradicar a pobreza e reduzir significativamente as desigualdades e a exclusão social.

revela que a liberdade das mulheres para fazer escolhas e conquistar oportunidades permanece amplamente restrita (ONU Mulheres, 2023). De acordo com os indicadores desse estudo, que medem as dimensões-chave do desenvolvimento humano, no Brasil, o índice revela uma grande disparidade entre homens e mulheres. No caso das brasileiras, os indicadores são 32% mais baixos nas dimensões de vida e saúde; educação, capacitação e conhecimento; inclusão no mercado do trabalho e financeira; e participação na tomada de decisões (ONU Mulheres, 2023).

No que diz respeito a questões do mundo do trabalho, os dados são preocupantes e mostram que as mulheres ainda sofrem com desigualdade salarial. Nesse sentido, elas chegam a ganhar 19,4% a menos que os homens, por conta da discriminação no acesso ao mercado de trabalho, dificuldades de conciliar a vida profissional com a maternidade e afazeres domésticos, entre outros problemas ainda tão presentes no mundo feminino (Brasil, 2024).

De acordo com relatório do Fórum Econômico Mundial, ainda serão necessários mais 267,6 anos para que a diferença econômica de gênero seja superada no mundo. Além disso, foi de 100 para 136 anos o tempo previsto para que a equidade salarial seja alcançada. Ainda, quase 2,4 bilhões de mulheres no mundo não têm mesmos direitos econômicos que homens (Horowitz, 2021).

As mulheres, de uma forma geral, já sofrem os efeitos dessa desigualdade. Nesse sentido, é preciso atentar ainda mais para o recorte da vulnerabilidade. Essa, por sua vez, compreende que as mulheres das classes inferiores estão mais propensas a situações de exclusão social e pobreza, pois a elas são reservados os piores postos e condições de trabalho, menor remuneração, além de que elas estão, muitas vezes, ligadas ao mercado da informalidade, sem garantia dos direitos trabalhistas.

Quando se aborda a violência contra a mulher, os números são ainda mais assustadores. Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 722 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil no primeiro semestre de 2023. Isso representa um crescimento de 2,6%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Além disso, em relação a estupros, houve um crescimento de 14,9% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 4). Toda essa realidade reforça o quanto a implementação de ações governamentais em prol das mulheres é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, justa e digna.

Debater sobre esse recorte de gênero é urgente, tendo em vista a significativa ampliação do papel da mulher na sociedade e em suas comunidades, por exemplo, o crescente número de mulheres que chefiam suas famílias e que representam não somente o sustento financeiro, mas também o desenvolvimento e educação dos seus filhos, fato que irá repercutir no futuro da sociedade. As mulheres, que atualmente são a maioria como chefes de família no Brasil, precisam lidar diariamente com a discriminação e a desigualdade, de modo a enfrentar desafios que só quem é mulher compreende: “dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões” (Dieese, 2023).

O Estado tem um papel crucial e urgente quando o assunto é igualdade de gênero. É por meios das ações públicas que é possível criar as vias necessárias para promover a emancipação de populações historicamente desfavorecidas. Entendemos que Políticas públicas são o “Estado em ação”. Isto é, elas são o Estado ao implantar um projeto de governo, através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade, especialmente para grupos historicamente marginalizados (Hofling, 2001, p. 31).

Fomentar o acesso à educação, com qualificação profissional para as mulheres de uma forma geral, mas especialmente para mulheres desfavorecidas social e economicamente, é uma dentre as possíveis estratégias fundamentais para minimizar as desigualdades e a exclusão social feminina.

O programa Mulheres Mil reúne um conjunto de políticas públicas e diretrizes governamentais voltadas para fazer a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Foi criado com a finalidade de unir a educação ao trabalho, abrangendo a população feminina em busca de oportunidades de acesso às ações educacionais, a elevação da escolaridade e à inclusão e permanência no mundo do trabalho, tendo como ponto central a identificação, o reconhecimento e a valorização da diversidade e dos saberes acumulados em cada uma de suas etapas de vida (Brasil, 2024).

Nesse sentido, o presente artigo reforça a importância do papel democrático dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que, por meio do Programa Mulheres Mil, têm a possibilidade de desenvolver um projeto de extensão que busca promover uma educação libertadora, pautada na inclusão e na emancipação social.

### **O Programa Mulheres Mil (PMM)**

O Programa Mulheres Mil começou a ser gestado por volta de 2004, através do cumprimento aos acordos bilaterais de cooperação internacional entre Brasil e Canadá. Desde então, busca-se, por meio do programa, a concretização e a execução de políticas públicas voltadas às mulheres,

O Programa Mulheres Mil foi criado com a finalidade de unir a educação ao trabalho, abrangendo a população feminina em busca de oportunidades de acesso às ações educacionais, a elevação da escolaridade e à inclusão e permanência no mundo do trabalho, tendo como ponto central a identificação, o reconhecimento e a valorização da diversidade e dos saberes acumulados em cada uma de suas etapas de vida (Brasil, 2024).

No momento da sua implementação, o PMM foi definido como uma política pública estruturada em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, que visam a garantir a inclusão social, para que mulheres em situação de vulnerabilidade (social, econômica, escolar, violência doméstica) melhorem suas vidas e de suas comunidades, por meio de uma formação cidadã e qualificação profissional. Souza, Santos e Souza (2011, p. 3) destacam que, por meio desses eixos, o Mulheres Mil visa ao acesso à educação, à promoção da equidade, à igualdade entre os sexos e ao combate à violência contra a mulher. Conforme os autores,

Os três eixos que compõem o Programa assumem como princípios a inclusão social e redução das desigualdades sociais. Para isso, pretende através da articulação das temáticas de gênero, equidade e diversidade étnica, discutir sobre o crescimento econômico ambientalmente sustentável, enfatizando o emprego e a geração de renda, reduzindo as desigualdades individuais como tentativa de dirimir os problemas regionais e locais em torno da pobreza e da sustentabilidade econômica local. Logo, a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia, apresentam-se como conceitos fundantes do Programa (Souza; Santos; Souza, 2011, p. 3).

Ousado e inédito na rede federal de educação profissional e tecnológica, o Mulheres Mil trouxe o desafio de trabalhar com recortes de exclusão: mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho (Mulheres Mil – do Sonho à realidade, 2011).

Falar do Mulheres Mil é falar em mulheres que resgataram sua autoestima, que descobriram novos objetivos na vida e elevaram seus sonhos. É falar de oportunidades de acesso ao conhecimento e à educação de qualidade; é termos mulheres na busca de sua afirmação,

emancipação e cidadania. Estamos falando de mulheres que constroem de forma personalizada seus itinerários de formação, que desenvolvem habilidades e competências demandadas pelo mundo do trabalho e por um viver melhor. Mulheres que estruturam famílias e fortalecem comunidades. Refletir ao final de um projeto de cooperação como o Mulheres Mil é constatar Institutos Federais com maior sensibilidade e competência no desenvolvimento de ações de integração e diálogo com a sociedade e, em especial, com os grupos sociais que historicamente foram excluídos dos processos de desenvolvimento. Institutos atentos e sensíveis no receber e no ouvir pessoas, no compartilhar o conhecimento e no desenvolver comunidades (Brasil, 2011a, p. 10).

O Programa Mulheres Mil foi uma importante iniciativa de cooperação internacional mobilizada por muitos atores brasileiros e canadenses e iniciada em 2001, com o projeto Escola Conectando Escola: “o programa foi criado em 2004, pelo CICan (à época, Associação do Colleges Comunitário do Canadá – ACCC), em parceria com 12 institutos federais brasileiros (à época, Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefets), das regiões Norte e Nordeste” (Bomfim, 2019). Essa ação mobilizou instituições dos dois países durante a fase piloto, entre elas o Conif (à época, Concefet), o Ministério da Educação (MEC), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI).

Em 2011, o MEC instituiu o programa nacionalmente, tendo a Rede Federal como referência no País. Baseado nos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, o Mulheres Mil tem como principais segmentos: possibilitar o acesso à formação; promover a elevação de escolaridade; contribuir para a redução de desigualdade sociais e econômicas de mulheres; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero; combater a violência contra a mulher (Bomfim, 2019).

O acordo realizado entre os dois países foi ordenado em conjunto com a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), através de um trabalho estruturado, organizado e desenvolvido pelos *Community Colleges* Canadenses. Os referidos colégios realizam trabalhos que têm, como foco, o atendimento a populações carentes e desfavorecidas.

Conforme Eliezer Pacheco, na época, titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, “o Mulheres Mil começou como um projeto voltado para as mulheres do Norte e Nordeste, porque nessas regiões se localizam os maiores índices de exclusão social em nosso país” (Brasil, 2011a). Nesse período, foi realizado um projeto de extensão que ofereceu capacitação para camareira. O resultado foi tão impactante que o Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), decidiram construir um projeto para ampliar a ação para outros estados (Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins), (Rosa, 2011b)<sup>2</sup>.

O referido projeto foi apresentado oficialmente ao Ministro da Educação do Brasil, ao Embaixador do Canadá no Brasil e à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com participação da CiCan, da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), MEC, Reditec, Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação (Concefet), Diretores-Gerais e Gerentes dos subprojetos

---

<sup>2</sup> Em março de 2011, o Ministério da Educação publicou o livro *Mulheres Mil: Do sonho à realidade*, em edição trilingue (português, inglês e francês) organizado por Stela Rosa, o qual traz o relato de 27 mulheres, representantes dos treze estados.



nos Cefets, em 24 de novembro de 2008. Isso resultou na inclusão de mais de mil mulheres do norte e nordeste brasileiro em cursos de qualificação profissional, além do desenvolvimento da Metodologia Brasileira de Acesso, Permanência e Êxito (MAPE) do (Cabral, 2023).<sup>3</sup>.

A partir dos relatos desses atores que participaram da implantação do programa, é possível perceber as dimensões que o PMM alcançou.

O Mulheres Mil representa tudo isso, mas tem algo de mais significativo: ele evidencia o valor das pessoas, dos companheiros e dos parceiros. Pessoas que, nos seus mais diferentes papéis de participação, deram o que têm de melhor, doaram-se em sua totalidade. Transformaram pequenas sementes em grandes árvores fortes e saudáveis, tiveram a capacidade de mostrar que é possível fazer a revolução da justiça social pela educação, com as armas que deveriam ser sempre utilizadas, as armas do conhecimento, da sensibilidade, da solidariedade e do profissionalismo (Brasil, 2011).

Após a realização do projeto piloto e da consolidação do Sistema de Acesso Permanência e Êxito, o Programa Mulheres Mil se transformou em programa nacional em 2011, por meio da Portaria nº 1.015, do dia 21 julho<sup>4</sup>, como uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria. Ele foi implantado em todos os Institutos Federais de Educação (IFs).

*Art. 1º* Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

*Art. 2º* O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher;

*Art. 3º* O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, permitindo-se a parceria com instituições de ensino regular.

No ano de 2012, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), divulgou a chamada pública número 1/2012, com o intuito de aumentar a participação de 101 unidades dos Institutos Federais nos projetos do Programa Mulheres Mil. O objetivo era criar cerca de 20 mil novas vagas no Programa. Após as instituições aderirem à chamada pública, a Setec/MEC registrou a participação de 210 unidades da rede federal nos projetos do Programa Mulheres Mil, o que resultou em 17 mil matrículas efetuadas naquele ano (Cabral, 2023).

Em 2014, o governo federal, em conjunto entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria

---

<sup>3</sup> A Metodologia Brasileira de Acesso, Permanência e Êxito (MAPE) foi materializada por meio do *Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito* e foi fruto de um amplo processo de construção, com origem no acúmulo e na sistematização de conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade e nas ações com populações em situação de vulnerabilidade social e econômica naquele país ao longo de dez anos (Brasil, 2023, p. 7).

<sup>4</sup> A referida Portaria estabelece as instituições ofertantes e os cursos a serem ministrados, faz referência ao guia metodológico do programa e institui o Comitê Executivo, com função consultiva, entre outras providências. Com a publicação da Chamada Pública Setec/MEC – 01/2011 foi possível, aos Institutos Federais de todo o Brasil, apresentarem propostas de projetos. O documento estruturava a organização, os tipos de projetos e fazia uma previsão de formação com os gestores do programa e com a meta de matricular 10 mil mulheres em 100 novos campi (Brasil, 2023, p. 8).

(PRONATEC/BSM), inseriu o Mulheres Mil no Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que foi lançado em 2011 pelo governo Dilma Vana Rousseff, por meio da Lei nº 12.513/2011, “com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”.

O Pronatec tinha como fim reorganizar o conjunto de ações no setor de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil sob a égide do Pronatec. Assim, todos os programas desenvolvidos pela Setec/MEC passaram para o âmbito do Pronatec. Além disso, trazia uma nova ação: o Bolsa Formação/Pronatec, nas modalidades de estudante e trabalhador (Cabral, 2023, p. 8).

A partir dessa cooperação, o programa passou a contar com o custeio de vagas por meio de Bolsa Formação do PRONATEC e a ser abrangido nas ações previstas da meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida no Plano Brasil Sem Miséria e constante no Plano Plurianual (PPA) e no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal (Brasil, 2014). O programa continuou a ser executado pelo PRONATEC até 2018 e, além dos Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, as Redes Estaduais Públicas de Ensino Técnico passaram a ofertar o PMM. Porém, a partir de 2016, houve um congelamento das vagas disponibilizadas pelo governo federal, de modo que muitas instituições não foram contempladas. Dessa forma, a partir de 2018, o Programa Mulheres Mil, ou os programas decorrentes do PMM, foram ofertados com recursos próprios em mais de 18 instituições da rede federal (Cabral, 2023).

Em 2023, foi emitida, pelo Ministério de Estado da Educação, uma nova portaria que retoma o Programa Mulheres Mil. Trata-se da Portaria 725 de 13 de abril de 2023, que revoga a portaria de 2011, mas não traz mudanças significativas. A referida portaria prevê, como principais diretrizes do programa, o acesso à educação, a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres, a inclusão social, a igualdade de gênero, o combate à violência contra a mulher, acesso ao exercício da cidadania e o desenvolvimento de estratégias para garantir o acesso das mulheres ao mundo do trabalho.

### **O Programa Mulheres Mil e o papel social dos institutos federais**

O Programa Mulheres Mil é uma política pública que se propõe a uma concepção de formação transformadora de forma integral, democrática e inclusiva, ao olhar para o ser humano em todas as suas dimensões. Isto é, propõe-se uma educação que não se submeta à lógica do mercado, mas que seja uma ponte de transformação social, que exerça um papel fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e equânime, que respeita e inclui as diferenças e cria as pontes necessárias para população historicamente desfavorecidas.

Em tempos de crise econômica, social e educacional, políticas como essa são extremamente necessárias para que os Institutos Federais reforcem o seu papel democrático e de justiça social e não percam de vista, mesmo diante de tantos obstáculos, a sua missão: uma formação omnilateral que pressupõe mais do que a união de instrução e trabalho, ou seja, que propõe a instrução enquanto elemento da crítica da forma histórica que o trabalho assume sob o modo de produção capitalista. Nesse sentido, é importante se colocar além da técnica e da formação para o mercado, de modo a propiciar mecanismos para a promoção do acesso das populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento e à gama de oportunidades geradas nos institutos.



Vivemos um momento histórico no Brasil em que a necessidade de redizer e reviver a Pedagogia da Esperança de Paulo Freire é crucial. Diante do avanço das políticas de mercantilização da educação que afetam tragicamente a educação pública e democrática, aliado a um conservadorismo moral e elitista que desqualifica tanto as classes populares quanto os movimentos sociais que defendem os direitos da classe trabalhadora e que combatem a homofobia e o racismo, a esperança de Paulo Freire faz parte da luta política da qual, como educadores, não podemos prescindir (Pavan, 2018, p. 3).

Conforme Eliezer Pacheco, empossado como titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, em 2005, o programa Mulheres Mil tem, pelo menos, duas dimensões importantes. São elas: a dimensão da inclusão e também a da emancipação, uma vez que o programa não apenas inclui a pessoa em uma sociedade desigual, mas lhe dá as ferramentas necessárias para que ela construa o seu itinerário de vida e possa se emancipar e se constituir como cidadã (Brasil, 2011).

O Projeto Mulheres Mil tem uma dimensão extremamente importante para nós, porque simboliza e registra, de certa forma, os nossos compromissos políticos e sociais como dirigentes e coordenadores da educação profissional no nosso país. Além de trabalhar com mulheres, que na nossa sociedade sofrem diversos tipos de exclusão social, trabalha com aquelas que são mais marginalizadas no processo, as mulheres mais pobres, dedicadas às atividades menos valorizadas e que, portanto, enfrentam barreiras muito mais difíceis de serem transpostas no sentido da sua emancipação como trabalhadoras, como representantes do gênero feminino (Brasil, 2011, p. 5.)

Sendo assim, o Programa Mulheres Mil representa um importante movimento para a cultura de inclusão e democratização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pois, ao cumprir sua missão de trabalhar com o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilita que mulheres em situação de vulnerabilidade tenham acesso à educação e possam, dessa forma, ter melhores condições para acessar o mundo de trabalho, bem como, principalmente, para se desenvolver como ser humano de forma integral, o que melhora a sua qualidade de vida e de suas famílias.

Os Institutos Federais também têm um papel social, que vai além da técnica e da formação para o mercado. Em seu texto oficial (Brasil; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, 2008), o IFSul destaca que “o foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias” (Brasil, 2008, p. 5). Os IFs devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Isso é estabelecido pelo mesmo documento.

Além disso, nas concepções e diretrizes, também está reafirmado o compromisso com a totalidade social<sup>5</sup> dos Institutos Federais:

O sentido de política pública que o atual governo adota amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública. Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo

---

<sup>5</sup> Enquanto fator que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural etc.) e ainda está articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional), de modo a provocar impactos nesse universo.

social, enquanto algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural etc.) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo (Brasil, 2008, p. 10).

Caracterizada pela verticalização, a rede federal oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação superior, básica e tecnológica e está comprometida com a inclusão e com o desenvolvimento social.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é reconhecido como uma instituição pública de educação. Ele tem como missão institucional:

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social (IFSul, PDI, [2008-2023]).

O IFSul passou a ofertar cursos do Programa Mulheres Mil em 2012, por meio de um termo de cooperação do IFSul com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), assinado ainda no ano de 2011, o qual previa a descentralização de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para custear bolsas de transporte e alimentação, aquisição de equipamentos e desenvolvimento do programa. O referido termo de cooperação se deu a partir de uma chamada pública do Programa Mulheres Mil. A partir daquele ano, até 2015, o Instituto realizou quarenta e sete cursos e formou mais de mil e sessenta mulheres.

Oficialmente, o Programa Mulheres Mil foi executado pelo Bolsa Formação, de 2013 até 2018. Porém, a partir de 2016, até 2023, o IFSul não recebeu mais vagas e financiamento do governo federal. Assim, o instituto manteve a execução da metodologia do programa, em 2018 e 2022, por meio de um edital interno denominado Ana Terra<sup>6</sup>, com recursos financeiros próprios. Isso passou a consolidar a cultura de inclusão social da instituição e a reforçar a importância de políticas públicas em prol da igualdade de gênero.

Nesse período, foram realizados cinco cursos em três *câmpus*, que formaram 114 mulheres. Considerando a limitação dos recursos financeiros, eles foram destinados apenas para o pagamento dos auxílios alimentação e transporte das alunas, uma vez que os profissionais atuaram de forma voluntária, tanto a equipe executora como os professores.

---

<sup>6</sup> O Edital do Programa Ana Terra foi lançado no ano de 2018 de forma inédita, com o objetivo de capacitar e ressignificar a vida de mulheres em vulnerabilidade social, das comunidades de abrangência do IFSul.

No quadro abaixo, constam as informações referentes a todas as turmas e cursos já ofertadas desde 2012 no IFSul.

**Quadro 1 – Turmas e cursos ofertados pelo IFSul no Programa Mulheres Mil de 2012 a 2022.**

2012	Câmpus	Curso	Ingressantes	Concluintes
	Pelotas	Gestão de Resíduos Sólidos	17	17
	Pelotas	Cuidadora de Idosos	80	61
	Santana do Livramento	Auxiliar da Construção Civil	39	38
	Sapucaia do Sul	Pintura em Tecido	31	22
	Sapucaia do Sul	Tecelagem	32	21
	Sapucaia do Sul	Cuidadora de Idosos	27	21
	Venâncio Aires	Secretariado e Vendas	31	20
	Venâncio Aires	Técnica de Vendas	30	21
	Venâncio Aires	Técnicas de Secretariado	30	s/d
	TOTAL		317	220
	2013	Câmpus	Curso	Ingressantes
Passo Fundo		Acabamentos Prediais	38	27
Passo Fundo		Operadora de Computador	49	47
Pelotas		Cuidadora de Idosos	40	38
Pelotas		Empregada Doméstica	20	16
Santana do Livramento		Informática Básica	38	38
TOTAL			185	166
2014	Câmpus	Curso	Ingressantes	Concluintes
	Bagé	Produtora Agropecuária	30	20
	Charqueadas	Cuidadora Infantil	56	42
	Charqueadas	Cuidadora de Idosos	58	53
	Gravataí	Pintora de Obra	18	7
	Jaguarão	Pintora de Obra	29	21
	Novo Hamburgo	Recepcionista	27	16
	Passo Fundo	Cuidadora de Idosos	52	40
	Pelotas	Cartonageira à mão	20	19
	Pelotas	Cuidadora de Idosos	20	19
	Pelotas	Cuidadora Infantil	23	23
	Pelotas	Pintora de Obra	20	14
	Santana do Livramento	Manicure e Pedicure	64	46
	Sapiranga	Costureira	27	20
	Sapiranga	Cuidadora de Idosos	30	24
	Sapiranga	Auxiliar de Costura	29	18
	Sapiranga	Auxiliar Administrativo	30	26
	Sapucaia do Sul	Artesã de Pintura em Tecido	60	30
	Sapucaia do Sul	Cuidadora de Idosos	27	13
	Venâncio Aires	Vendedora	25	15
Venâncio Aires	Recepcionista	24	19	

	Visconde da Graça	Costureira Industrial	25	18
	TOTAL		780	503
2015	Câmpus	Curso	Ingressantes	Concluintes
	Charqueadas	Contadora de Histórias	20	15
	Charqueadas	Recepcionista	20	13
	Novo Hamburgo	Cuidadora de Idosos	19	16
	Passo Fundo	Cuidadora Infantil	20	16
	Passo Fundo	Aplicadora Revest. Cerâmicos	17	7
	Pelotas	Cuidadora de Idosos	20	20
	Santana do Livramento	Manicure e Pedicure	20	13
	Santana do Livramento	Recepcionista	20	15
	Sapucaia do Sul	Artesã de Pintura em Tecido	16	13
	Venâncio Aires	Almoxarife	20	19
	Venâncio Aires	Assistente de Crédito e Cobrança	20	13
	Venâncio Aires	Assistente Financeiro	20	18
	TOTAL		232	178
	2018	Câmpus	Curso	Ingressantes
Pelotas		Cuidadora de Idosos	35	32
Venâncio Aires		Vendedora	26	22
TOTAL			61	54
2022	Câmpus	Curso	Ingressantes	Concluintes
	Pelotas	Cuidadora de Idosos	34	28
	Santana do Livramento	Empreendedorismo Digital	14	12
	Venâncio Aires	Vendedora	22	20
	TOTAL		70	60
	TOTAL GERAL		1.584	1.127

Fonte: IFSul. Elaborado pela autora (2024).

A partir dos dados exibidos no Quadro 1, é possível observar que foram 1.584 mulheres inscritas e 1.127 mulheres concluintes. Dessa forma, pode-se observar, também, que a evasão no programa no IFSul pode ser considerada baixa, em especial, se observamos os últimos anos.

Em 2023, ano da Portaria que retomou o programa, o governo federal disponibilizou novas vagas do PMM. Dessa vez, o IFSul foi contemplado com cento e cinquenta vagas, distribuídas em cinco cursos que serão ofertados nos seguintes *câmpus*: Bagé, Camaquã, Pelotas, Passo Fundo e Venâncio Aires. A oferta dos cursos ficou para o ano de 2024, visto que não havia mais tempo hábil de 2023.

No quadro abaixo, é possível ter um panorama das vagas disponibilizadas para o IFSul entre os anos de 2011 e 2023:

**Quadro 2:** Relação da oferta de vagas entre os anos de 2011 e 2023 no IFSul:

ANO DA OFERTA	VAGAS OFERTADAS	PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
2011/2012	317	100
2013	185	80
2014	694	250
2015	232	120
2018 (Ana Terra)	61	25
2022 (Ana Terra)	70	30
2023/2024	150	50

*Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações coletadas com a Pró-reitoria de Extensão do IFSul*

A partir dessas informações, é possível perceber a diferença significativa no número de vagas e de profissionais envolvidos entre os anos em que o Programa Mulheres Mil foi executado pelo governo federal e os anos em que ele esteve suspenso e o IFSul manteve a metodologia do programa com recursos próprios, por meio do Ana Terra.

Entre 2011 e 2015 (isto é, em um período de 5 anos), foram ofertadas 1428 vagas em todo o instituto, com 550 profissionais envolvidos. Já entre 2018 e 2022 — período de suspensão do Programa Mulheres Mil (um período de 5 anos) —, foram apenas 131 vagas ofertadas e 55 profissionais envolvidos, mas esses não foram remunerados para atuar no programa. Além disso, em virtude da limitação de recursos financeiros desse período, também não houve orçamento destinado para compra de materiais de consumo.

Dessa forma, evidencia-se a importância de manter a execução do programa na rede federal, uma vez que se visa ampliar o número de mulheres que podem ser beneficiadas com uma política pública inclusiva e emancipatória, que possibilita transformação social por meio da educação.

## Resultados da pesquisa

Para a coleta de dados da pesquisa, foram utilizados questionários e entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, as quais foram aplicados às egressas das turmas do Programa Mulheres Mil do *câmpus* Venâncio Aires, ao considerar as edições ofertadas entre os anos de 2013 e 2023. Entre os resultados obtidos, foi possível identificar repercussões bastante significativas na vida das egressas do programa. Entre elas, destacam-se as contribuições no que diz respeito à inserção no mundo do trabalho e aos impactos no processo educacional das mulheres.

Conforme a Figura a seguir, 70% (setenta por cento) responderam que começaram a trabalhar ou mudaram de emprego após a realização do curso e 30% (trinta por cento) responderam que não.

**Figura 1** - Sobre o trabalho



Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir das respostas dos questionários.

Esse dado revela que o Programa está alcançando seus objetivos em parte, porém, de forma significativa. Os objetivos em questão são, por exemplo, o de promover a qualificação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como o de inserir mulheres no mundo do trabalho e de contribuir para a sua autonomia profissional. Como relata a participante:

“Na minha vida profissional mudou bastante. Não que eu troquei de emprego, mas eu fiquei mais líder, mais decidida assim, mais corajosa. E também aprendi a me colocar mais no lugar do próximo” (Participante Guerreira Brilhante).

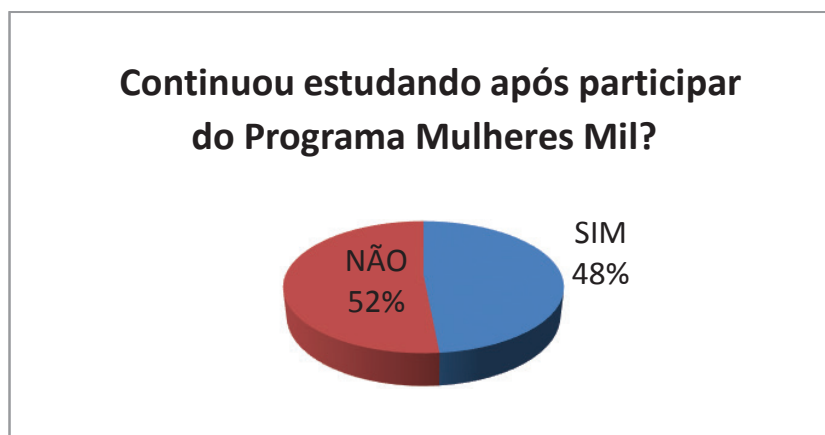
Em relação à categoria educação, os dados apontaram que a maioria das participantes — ou seja, 49% (quarenta e nove por cento) — tinham Ensino Fundamental incompleto e apenas 21% (vinte e um por cento) tinha Ensino Médio completo no momento que ingressou no Programa. Entre as demais, 15% (quinze por cento) apresentavam Ensino Fundamental completo e 15% (quinze por cento) Ensino Médio incompleto. Um dado que chama atenção é que nenhuma das participantes possuíam Ensino Superior, nem mesmo em andamento, mas o relato compartilhado pela participante diz muito sobre isso:

“Mulheres Mil significou uma mudança, uma reviravolta da minha vida, porque eu não pensava assim que eu ia ter capacidade de... de o sétimo ano fazer o oitavo, o ensino médio e estar fazendo uma faculdade, hoje” (Participante Girassol)<sup>7</sup>.

No que diz respeito à continuidade dos estudos, 48% (quarenta e oito por cento) das participantes responderam que continuaram estudando após fazer o curso do Programa Mulheres Mil.

<sup>7</sup> Informação concedida por Participante Girassol por entrevista à pesquisa “Programa Mulheres Mil no campus Venâncio Aires do IFSul: histórias de inclusão e emancipação de mulheres” no ano de 2024.



**Figura 2** - Continuidade dos estudos<sup>8</sup>

Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir das respostas dos questionários

Além disso, das participantes que continuaram estudando, 94% (noventa e quatro por cento) afirmaram que o Programa Mulheres Mil influenciou nessa decisão de continuar estudando. Nesse sentido, das participantes que voltaram a estudar, quando perguntadas sobre qual curso realizaram depois da participação no Programa Mulheres Mil, muitas responderam que realizaram ou estão realizando curso superior no momento.

Ao considerar esses dados, percebe-se que o Programa tem um impacto positivo na trajetória das egressas, pois grande parte continuou seus estudos de forma significativa. Além disso, dentre as que não seguiram estudando, é relatado que se sentiram motivadas ou que ainda pretendem voltar a estudar, o que também é um dado muito importante.

Eu voltei a ler, eu voltei a estudar. [...] Continuo estudando que eu ainda vou fazer superior em pedagogia, mas eu tenho o meu sonho, que é realizar, fazer faculdade de Serviço Social. Ainda não fiz, mas vou fazer. Independente se estou com 48 anos, mas não faz mal. Já disse: vou estar com 65 anos e eu vou fazer Serviço Social (Participante Borboleta Feliz)<sup>9</sup>.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível conhecer outras repercussões que vão além das questões de trabalho e educação. Como relata a participante:

“[...] a partir do programa que eu me encorajei a sobreviver e viver daquilo que eu faço, e hoje eu mantenho minha família e eu e a minha filha no caso e atuo na área que eu me propus a trabalhar desde que eu saí do programa” (Participante Guerreira Brilhante)<sup>10</sup>.

O impacto significativo do Programa Mulheres Mil na vida das egressas, a partir dos relatos, ressaltou que o PMM foi um marco decisivo, um divisor entre o antes e depois da participação das mulheres no programa. As entrevistadas relatam o quanto se sentiram transformadas e encorajadas, bem como que puderam resgatar a sua autoestima, de modo que isso refletiu de diversas formas nas suas trajetórias. Para praticamente 100% das mulheres, participar do programa significou um novo começo nas suas histórias de vida.

<sup>8</sup> Informação concedida por Participante Guerreira Brilhante por entrevista à pesquisa Programa Mulheres Mil no *câmpus* Venâncio Aires do IFSul: histórias de inclusão e emancipação de mulheres” no ano de 2024.

<sup>9</sup> Informação concedida por Participante Borboleta Feliz por entrevista à pesquisa Programa Mulheres Mil no *câmpus* Venâncio Aires do IFSul: histórias de inclusão e emancipação de mulheres” no ano de 2024.

<sup>10</sup> Informação concedida por Guerreira Brilhante por entrevista à pesquisa Programa Mulheres Mil no *câmpus* Venâncio Aires do IFSul: histórias de inclusão e emancipação de mulheres” no ano de 2024.

Se eu fui capaz de entrar no Instituto Federal, sou capaz de entrar na universidade. Sou capaz de cursar o que eu quiser. [...] Eu acho que quando eu estiver no fim da minha vida, eu ainda vou parar na minha cadeirinha, vou lembrar lá no passado eu estudei no IF (Participante Ouro)<sup>11</sup>.

É por meio da educação e do acesso ao conhecimento que essas mulheres têm a oportunidade de fazer pequenas e grandes transformações na sua realidade e, conseqüentemente, no mundo. Além disso, a maioria delas não entraria em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia se não fosse pela porta que o Programa Mulheres Mil abriu nesse projeto de extensão, através da possibilidade do acesso e de permanência que esse programa proporciona àquelas que foram historicamente excluídas do processo educacional.

### Considerações

Os resultados obtidos no estudo demonstraram que o Programa Mulheres Mil gerou repercussões positivas na vida das mulheres em termos de inclusão e de emancipação social. Nessa perspectiva, ele se apresentou como uma abordagem capaz de gerar transformações significativas em suas vidas. Os resultados obtidos reforçam que, ao abrir as portas para mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, muitas com baixo ou nenhum grau de escolarização, o Programa Mulheres Mil representou uma importante iniciativa para a cultura de inclusão e democratização dos Institutos Federais, além de ter potencializado o compromisso da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de contribuir para o enfrentamento das desigualdades.

Além disso, ficou demonstrado quantas mulheres deixaram de ser beneficiadas no período em que o programa esteve suspenso, pela oferta de vagas e recursos limitados. É importante problematizar os efeitos da descontinuidade de um programa como o Mulheres Mil, destinado à redução das desigualdades de gênero diante do cenário atual. Quando isso acontece, o Estado se retira do seu papel de elaborador e garantidor de políticas que visem a equidade e emancipação social.

Nesse sentido, a partir do presente artigo, é possível considerar o quão importante é o desenvolvimento e ampliação de políticas públicas educacionais de gênero como o Programa Mulheres Mil na Educação Profissional e Tecnológica, a fim de defender e promover uma educação inclusiva e emancipatória, que vá ao encontro da missão social dos Institutos Federais.

---

<sup>11</sup> Informação concedida por Participante Ouro por entrevista à pesquisa Programa Mulheres Mil no câmpus Venâncio Aires do IFSul: histórias de inclusão e emancipação de mulheres” no ano de 2024.

## Referências

BOMFIM, Bárbara. Cican querem parceria em projeto de pesquisa sobre o Programa Mulheres Mil. **CONIF**, [S. l.] 7 nov. 2019. Disponível em: <<https://portal.conif.org.br/ultimas-noticias/203-cican-querem-parceria-em-projeto-de-pesquisa-sobre-o-programa-mulheres-mil>>. Acesso em 02 dez. 2023.

BRASIL. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, [2012-2015]. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito do Programa Mulheres Mil**. Versão preliminar. Brasília: Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. Instituto. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia sul-rio-grandense**, Rio Grande do Sul, 2008-2024. Disponível em <<http://www.ifsul.edu.br/instituto>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial. Publicado em 25/03/2024. Disponível em <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>>. Acesso em 27 jul.2024.

BRASIL. **Mulheres Mil na rede federal- caminhos da inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, 2011a. Disponível em: <[https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/projeto-mulheres-mil/ebooks/mulheres\\_mil\\_na\\_rede\\_federal\\_-\\_caminhos\\_da\\_inclusao.pdf](https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/projeto-mulheres-mil/ebooks/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf)> Acesso em 23 mar.2024.

BRASIL. **Portaria nº 1.015, do dia 21 julho de 2011**. Brasília: Ministério da Educação. 2011b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category\\_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 725, do dia 13 de abril de 2023**. Brasília: Ministério da Educação. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/legislacao-e-atos-normativos-1/portarias>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Violações de direitos das mulheres crescem no Rio Grande do Norte. **Instituto Santos Dumont Ensino e Pesquisa**, [S. l.], 2022. Disponível em: <<https://www.institutosantosdumont.org.br/violacoes-de-direitos-das-mulheres-crescem-205-no-rio-grande-do-norte/>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia sul-rio-grandense. **Concepções e Diretrizes**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets\\_livreto.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Perguntas frequentes. Publicado em 08/03/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/mulheres-mil>>. Acesso em 3 mar.2024.

CABRAL, Umberlândia. Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. **Agência IBGE**, [S. l.], 8 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>>. Acesso em 10 mar. de 2024.

DIEESE. **Boletim especial 8 de março dia da mulher**. [S. l.]: DIEESE, mar. 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DUARTE, Gisela [et al.]. Resumo. In: DUARTE, Gisela [et al.]. **A extensão e cultura no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL)**. Editora Essentia, 2021. Disponível em: <<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/16093/13238>> Acesso em: 08 fev. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023. São Paulo, novembro de 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/violencia-contra-meninas-mulheres-2023-1sem.pdf>> Acesso em: 08 fev. 2024.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. ISSN 0100-3262. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjp-c5YsHq/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 mar 2024.

HOROWITZ, Julia. Fórum Econômico Mundial: pandemia vai atrasar paridade de gênero no trabalho. **CNN Business**, [S. l.], 31/03/2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/forum-economico-mundial-pandemia-vai-atrasar-paridade-de-genero-no-trabalho/>> Acesso em 2 jul.2024.

IFSUL. Planejamento de desenvolvimento institucional (PDI). [S. l.]: IFSUL, [2008-2023]. Disponível em <<http://www.ifsul.edu.br/documentos-institucionais-menu>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência do aprendizado. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <<https://revistas.up.comueduc/article/view/37491>>. Acesso em 02 mai. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU News**. Disponível em: <[https://news.un.org/pt/search/g%C3%AAnero/field\\_news\\_topics/mulheres-91?page=2](https://news.un.org/pt/search/g%C3%AAnero/field_news_topics/mulheres-91?page=2)>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ONU. Um modelo global para combater a violência contra mulheres BR. **ONU News. Nações Unidas**, [S. l.], 29 jun. 2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/06/1755022>>. Acesso em: 20 ago. 2022

ONU MULHERES. Desigualdades entre homens e mulheres persistem em países de alto desenvolvimento humano. **ONU Mulheres**, Brasil, 24 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/desigualdades-entre-homens-e-mulheres-persistem-em-paises-de-alto-desenvolvimento-humano/>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

PAVAN, R. A necessidade de redizer e reviver a pedagogia da esperança de Paulo Freire. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 4, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i4p1437-1456>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ROSA, Stela. **Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão**. Brasília: SETEC/MEC, 2011a. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/casos-de-feminicidio-e-estupro-no-pais-crescem-no-primeiro-semester-de-2023>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ROSA, Stela. **Mulheres mil: do sonho à realidade**. Brasília: Ministério da Educação; 2011b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32301-setec-pmm-livro-mulheres-mil-em-portugues-do-sonho-a-realidade-pdf&category\\_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32301-setec-pmm-livro-mulheres-mil-em-portugues-do-sonho-a-realidade-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 13 mar. 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês: Educação & Realidade, 1995.

SOUZA, A. V. M.; SOUZA, N. V.; SANTOS, N.G. Profissionalização, memórias e contextos sociais: reflexões sobre Projeto Internacional Mulheres Mil, Brasil/Canadá. In: Colóquio Educação e Contemporaneidade, 5., 2011. São Cristóvão. Anais eletrônicos [...]. São Cristóvão: Educon, 2011.